

A INFÂNCIA, O BRINCAR E A EDUCAÇÃO INFANTIL: UM OLHAR DA SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA

Lucina Cristina Pupo Martins¹

Yara R. de la Iglesia²

RESUMO

O presente trabalho de pesquisa teve como objetivo discutir as contribuições da Sociologia da Infância para a compreensão da infância, do brincar e da Educação Infantil. A metodologia utilizada foi a revisão crítica da literatura. Basicamente, a fundamentação que trata sobre os construtos teóricos dos estudos da infância foi embasada nas obras de Manuel Jacinto Sarmiento (2009) e Willian A. Corsaro (2011). Entende-se que a Sociologia da Infância se configura como campo de estudos que entende a infância como categoria social e a criança como produtora de cultura. Essa premissa rompe com a ideia de uma natureza instintiva e biológica proposta pela psicologia do desenvolvimento. Diante do exposto, conclui-se que essa abordagem pode contribuir para a construção de projetos e práticas nas instituições de Educação Infantil que considerem as especificidades das crianças, enquanto sujeitos ativos e participativos, principalmente, por meio do brincar.

Palavras-chave: Sociologia da Infância. Infância. Brincar. Educação Infantil.

ABSTRACT

The present research work aimed to discuss the contributions of the Sociology of Childhood to the understanding of childhood, playing and Early Childhood Education. The methodology used was the critical review of the literature. Basically, the foundation that deals with the theoretical constructs of childhood studies was based on the works of Manuel Jacinto Sarmiento (2009); William A. Corsaro (2011). It is understood that the Sociology of Childhood is configured as a field of study that understands childhood as a social category and the child as a producer of culture. This premise breaks with the idea of an instinctive and biological nature proposed by developmental psychology. Given the above, it is concluded that this approach can contribute to the construction of projects and practices in Early Childhood Education institutions that consider the

1 Faculdade Unina. Licenciada em Pedagogia. E-mail: lusammuelmartins@gmail.com

2 Professora da Faculdade Unina. Mestre e Doutora em Educação e Licenciada em Pedagogia. E-mail institucional: yara@unina.edu.br

specificities of children, as active and participatory subjects, mainly through play.

Keywords: Sociology of Childhood. Childhood. Play. Child education.

INTRODUÇÃO

Na atualidade, uma parte significativa de pesquisadores e pesquisadoras compreendem a infância a partir de uma ideia de que ela é uma construção histórica e social, e não somente um conceito ligado à imaturidade biológica ou um período de preparação para a vida adulta. Uma das perspectivas que estuda a infância, a criança e o brincar dentro dessa visão é a Sociologia da Infância. Esse campo do conhecimento apresenta conceitos acerca da criança, considerando-a como sujeito competente e capaz de viver em sociedade e de formular interpretações sociais.

A partir do exposto, este artigo teve como objetivo geral discutir as contribuições da Sociologia da Infância para a compreensão da infância, do brincar e da Educação Infantil. Para realizar este estudo, adotou-se uma metodologia qualitativa, por meio da revisão crítica da literatura.

UMA ANÁLISE DOS ESTUDOS DA INFÂNCIA

Importante destacar que durante muitos séculos as crianças não foram consideradas como seres em desenvolvimento, nem pela sociedade, nem pelos pesquisadores, mais que isso, em alguns aspectos, ficaram à margem em cuidados e atenção no que confere a necessidades básicas.

Nesse sentido, o historiador Philippe Ariès (1981) destaca essa invisibilidade das infâncias em seu livro *A história social da criança e da família*, propondo uma concepção de infância em sua dimensão histórica, cultural e socioeconômica. O pesquisador foi um dos pioneiros nessa discussão e apontou a necessidade de compreender a criança como um período distinto da vida. O autor propõe que a infância é uma invenção sociocultural e que vem sendo construída ao longo dos tempos e que o sentimento de infância foi construído socialmente

no final da Idade Média. Até então, as crianças eram tratadas como adultos em miniatura e que necessitavam de cuidados básicos só até terem condições de valer-se por si mesmas. A criança era tida como uma espécie de instrumento de manipulação ideológica dos adultos; a partir do momento em que elas apresentavam independência física, eram logo inseridas no mundo adulto. (ARIÈS, 1981).

A infância no Brasil, não foi muito diferente, mas com algumas particularidades. Ao longo da história, as crianças e os adolescentes passaram por diferentes concepções até chegar aos dias atuais, em que são amparados civilmente pela Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que assegura seus direitos e deveres, mas, acima de tudo, reconhece que a criança é um sujeito em desenvolvimento e que precisa ser tratada como tal.

Só a partir dos anos de 1960, houve mudança de modelo e de orientação na assistência à infância abandonada. Começava a fase do Estado do Bem-estar, com a criação da FUNABEN (1964). Seguida da instalação, em vários estados, das FEBEMs. Com a Constituição Cidadã de 1988, inseriam-se em nossa sociedade os Direitos Internacionais da Criança, proclamados pela ONU nos anos de 1950. Com o Estatuto da Criança e do Adolescente, (ECA) de 1990 e a LOAS (1993), o Estado assume enfim sua responsabilidade sobre a assistência à infância e à adolescência desvalidas, e estas tornam-se sujeitos de Direitos pela primeira vez na História. (FREITAS, 1997, p. 79).

O sentimento pela infância e a garantia de seus direitos não nasceram de uma hora para outra, foi um longo processo de transformação cultural, histórica e política. A construção histórica do sentimento de infância foi assumindo diferentes significados ao longo do tempo, a partir das relações sociais e não apenas em função das especificidades da criança. A infância na sua relação com a sociedade revela as expectativas com as crianças, que variam de acordo com as relações sociais, culturais e econômicas que se estabelecem nos diferentes movimentos da sociedade.

NOVAS PERSPECTIVAS PARA O ESTUDO DA INFÂNCIA: SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA

A Sociologia da Infância pode ser entendida como um campo científico que compreende a criança como sujeito de direitos. Esse campo do conhecimento apresenta conceitos acerca da criança e infância, considerando-a como sujeito competente e capaz de viver em sociedade e de formular interpretações sociais.

De acordo com Abramowicz e Oliveira (2010, p. 41), “a sociologia, até então, não tinha reservado às crianças uma atenção específica, pois estas sempre eram estudadas como um fenômeno interligado à escola e à família”. Foi por meio dos estudos da Sociologia da Infância que se abriram novas possibilidades de entendimento da infância e da criança. A criança passa a ser o centro das pesquisas - objeto de investigação -, considerada como construção social que se transforma de acordo com o tempo. Um ser capaz de produzir cultura. (ABRAMOWICZ; OLIVEIRA, 2010).

No que se refere ao movimento da Sociologia da Infância, para Sirota (2001) este movimento surgiu na Europa e em alguns países de língua inglesa, a partir de 1980, assumindo como propósito problematizar as perspectivas do desenvolvimento que não levavam em consideração as questões sócio-históricas. Já, no Brasil, a Sociologia da Infância, como campo de estudos, começou a se constituir a partir da década de 90, na união entre os pedagogos e os sociólogos e tem avançado com a produção de estudos em nível de mestrado e doutorado, na produção de livros e revistas científicas e com o estabelecimento de grupos de pesquisa na área (ABRAMOWICZ; OLIVEIRA, 2010).

Durante um longo período da história, os saberes relacionados às crianças pertenceram, de alguma maneira, a filosofia, medicina, psicologia, psicanálise, que centravam o seu foco nos estudos relacionados à incompletude da criança e na sua imaturidade; naquilo que faltava na criança.

De acordo com Ramos (2013, p. 3), “na própria etimologia da palavra utilizada para descrever os infantis – *infans*, aquele que não fala –, encontramos o lugar que foi destinado às crianças desde o princípio: a idade do não”. Não

fala. Não anda. Não sabe usar o banheiro. Não come sozinha. Não sabe usar a razão. Uma lista interminável das suas fraquezas, carências, debilidades e incompletudes.

Diante do exposto, pode-se inferir que a emergência dos estudos da Sociologia da Infância toma como referência a revisão crítica do termo socialização. As crianças passam a ser entendidas como autoras no processo de socialização e não mais como objetos passivos da socialização adulta. Essa nova maneira de entender a socialização torna o processo de transmissão e recepção das normas e valores sociais muito mais complexos do que aquilo que a concepção tradicional de socialização propõe (SARMENTO, 2009).

Para Delgado (2018, p. 25), “a infância não é uma idade de transição, mas uma condição social que corresponde a uma faixa etária”. Para o autor, a criança faz relação com sujeitos que pertencem e contemplam a geração de um determinado tempo histórico, as crianças de hoje são diferentes das de outras épocas: as gerações são socialmente construídas. Para essa abordagem, a criança é um ator social e a infância uma categoria socialmente construída, e não um fenômeno biológico. Dito em outras palavras, a Sociologia da Infância reconhece à criança o papel de sujeito e protagonista da história e dos processos de socialização.

Por meio da perspectiva da Sociologia da Infância, torna-se possível compreender a criança como um ator social que possui e produz cultura de diferentes formas, faz parte do desenvolvimento do processo humano. “Todas as crianças constrói(em) na sua interação mútua, na edificação de seus mundos de vida e das suas culturas”. (SARMENTO, 2004, p. 2).

Delgado afirma que “as crianças produzem culturas em interação constante com seus pares e os adultos, ou seja, elas utilizam formas especificamente infantis de representação e simbolização do mundo”. (DELGADO, 2018, p. 20). Na concepção do autor, a criança produz cultura através das relações cotidianas com seus pares, reforçando a ideia da criança como ator social competente e capaz de agir na sociedade na qual está inserida.

É importante considerar que elas não vivem em um mundo separado dos adultos, elas são capazes de produzir mudanças nos espaços em que estão

inseridas. Atuam na sociedade, nas relações sociais é que vão se constituindo como sujeitos, constroem suas identidades e as culturas infantis.

Corsaro (2011, p. 31) sugere que “[...] as crianças criam e participam de suas próprias e exclusivas culturas de pares³ quando selecionam ou se apropriam criativamente de informações do mundo adulto para lidar com suas próprias e exclusivas preocupações”. Portanto, a criança é um ser capaz de produzir sua própria cultura e não apenas de incorporar a do adulto, a criança recebe a cultura oferecida pelo adulto, apropria-se dela e a modifica, produzindo uma cultura própria.

A Sociologia da Infância propõe que a criança é um ator social que possui e produz cultura de diferentes formas, faz parte do desenvolvimento do processo humano. As crianças são participantes ativas na sociedade não somente porque influenciam e são influenciadas. Elas ocupam espaço na divisão de trabalho, principalmente em termos de trabalho escolar, e também do mundo social e econômico, já que a infância interage com os outros setores da sociedade. Os processos sociais são os principais responsáveis pela manutenção dos níveis de desenvolvimento social, político e econômico que a humanidade conseguiu atingir.

Delgado (2018, p. 23) salienta que “compreender as culturas das crianças requer que se possa pensar nelas como atores capazes de transformação”. Por meio da cultura, ela transforma o que foi inserido, modificando o seu pensamento, as suas atitudes e, ao realizar atividades lúdicas, elas nos mostram muito o seu jeito, a sua personalidade, a sua cultura. Para esse mesmo autor, a criança adquire, constrói sua cultura brincando, “[...]entre brincar e fazer coisas sérias, não há distinção, sendo o brincar muito do que as crianças fazem de mais sério[...]”. (DELGADO, 2018, p. 23-24).

Por meio do brincar, a criança aprende de maneira mais natural, pois as brincadeiras são atividades de interesse da criança, despertam a curiosidade e o prazer em construir conhecimentos, possibilitando a interação com o meio

³ Corsaro (2009, p. 32) define como cultura de pares “um conjunto estável de atividades ou rotinas, artefatos, valores e interesses que as crianças produzem e compartilham na interação com seus pares”.

físico e social. A brincadeira é a primeira forma que a criança encontra para produzir e reproduzir a sua cultura.

A CRIANÇA E O BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação infantil vem passando por um momento de mudanças e transformações, sua trajetória é relativamente recente no Brasil, sofrendo alterações significativas ao longo da história. A educação de crianças pequenas nem sempre teve um lugar de destaque na educação brasileira. As instituições que se ocupavam das crianças pequenas surgiram como instituições assistenciais que tinham por objetivo suprir as necessidades da criança e preencher, em muitos aspectos, o lugar da família. (KUHLMANN Jr., 2000).

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBN/1996), a educação de crianças pequenas apresenta expressivos avanços. Contrapondo-se ao atendimento às crianças numa perspectiva assistencialista, preparatória e instrumental, a Educação Infantil é instituída como primeira etapa da Educação Básica, tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 6 (seis) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996).

Com a Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, altera-se a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelecendo que a pré-escola atenderá crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e não mais 6 (seis), como estava previsto pela LDB de 1996. A Educação Infantil passa então a ser organizada da seguinte forma: a) creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; b) pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade” (BRASIL, 2013).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI – reafirmam que as práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeiras. Destaca-se o papel fundamental da brincadeira como principal modo de ação das crianças, que não fazem distinção entre brincar e fazer coisas sérias, distinção comum entre os adultos. (BRASIL, 2009),

De acordo com as DCNEI, as crianças são seres históricos e de direitos, e é por meio das interações, das práticas cotidianas e das “relações que vão construindo sua identidade, tanto individual quanto coletiva, pois elas brincam, imaginam, aprendem, possuem desejos, experimentam, perguntam, observam e dão sentido para a natureza e a sociedade, produzindo cultura”. (BRASIL, 2009, p. 12).

Nesse sentido, é na brincadeira que a criança se relaciona com conteúdos culturais que ela reproduz e transforma, dos quais ela se apropria e lhes dá uma significação.

A brincadeira é a entrada na cultura particular, tal como ela existe num dado momento, mas com todo seu peso histórico [...]. A apropriação do mundo exterior passa por transformações, por modificações, por adaptações, para se transformar numa brincadeira: é a liberdade da iniciativa e de desdobramento daquele que brinca, sem o qual não existe a verdadeira brincadeira. (BROUGÈRE, 1995, p. 76-77).

O brincar é compreendido, portanto, como parte integrante da vida social. “Ademais, em função da apropriação individual que cada criança realiza do mundo adulto, o brincar é sinônimo de confronto intercultural entre as crianças e de lutas pela afirmação e legitimação de alguns saberes e fazeres em detrimento de outros” (RIVERO; ROCHA, 2019, p. 11). Para Brougère (2002, p. 26)

A criança constrói sua cultura lúdica brincando. É o conjunto de sua experiência lúdica acumulada, começando pelas primeiras brincadeiras de bebê [...], que constitui sua cultura lúdica. Essa experiência é adquirida pela participação em jogos com os companheiros, pela observação de outras crianças, pela manipulação cada vez maior de objetos de jogo. Essa experiência permite o enriquecimento do jogo em função evidentemente das competências da criança, e é nesse nível que o substrato biológico e psicológico intervém para determinar do que a criança é capaz. O desenvolvimento da criança determina as experiências possíveis, mas não produz por si mesmo a cultura lúdica. Esta origina-se das interações sociais [...]. (BROUGÈRE, 2002, p. 26).

Essa perspectiva nos remete para a compreensão de que a brincadeira infantil consiste em um caminho para a compreensão da constituição social da criança e de suas infâncias, contrapondo-se às teorias que concebem a brincadeira como um fenômeno natural. Considera-se que o brincar na Educação Infantil é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da criança. É uma característica essencial da criança, “brincar não é uma dinâmica interna do indivíduo, mas uma atividade dotada de uma significação social precisa que, como outras, necessita de aprendizagem” (BROUGÈRE, 1998, p. 104). Essa premissa nos remete à compreensão de que o brincar se aprende por meio das relações que a criança estabelece com seus pares, dentro de uma determinada cultura.

A partir das brincadeiras, a criança constrói conhecimentos diversos sobre o mundo. “O brincar é a condição da aprendizagem e, desde logo, da aprendizagem da sociabilidade. Não espanta, por isso, que o brinquedo acompanhe as crianças nas diversas fases da construção das suas relações sociais” (SARMENTO, 2004, p. 16).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo discutiu as contribuições da Sociologia da Infância para a compreensão da infância, do brincar e da Educação infantil. A Sociologia da infância, embora muito recente em termos de produção e de constituição enquanto área de estudos, tem contribuído muito, indicando-nos uma criança agente e produtora de cultura, de uma cultura que lhe é própria, mas que se relaciona com a cultura mais ampla em um processo de reinterpretação e reconstrução (CORSARO, 2011).

Considera-se nessa perspectiva que as crianças e a infância são construções sociais, assim como suas produções também o são. Essa premissa rompe com a ideia de uma criança única, imutável e idealizada e nos leva à compreensão de que existem diferentes crianças, diferentes culturas e diferentes produções infantis. Cada criança relaciona-se com o meio produzindo sua interpretação do mundo e interagindo com ele de acordo com as diferentes marcas que

lhes foram atravessadas. Nesse sentido, se existem crianças, na diversidade da condição de vida da infância, existem também culturas infantis.

Constatamos que as atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009) apontam para uma compreensão de criança que se aproxima à produção teórica do campo da Sociologia da Infância, ao considerá-la “sujeito histórico e de direitos” que produz cultura. Como eixos orientadores do currículo, são apontadas as interações, a brincadeira e a articulação de experiências que promovam o acesso à produção cultural mais ampla e, simultaneamente, à expressão e à produção de cultura pela criança.

Nesse sentido, o brincar é entendido como prática social e cultural das crianças, em diferentes perspectivas, que ora se complementam, ora se contradizem. Nas últimas duas décadas, a Sociologia da infância vem preencher a lacuna dos estudos da infância no contexto cultural com investigações que abordam a relevância do brincar nas culturas da infância. A brincadeira pressupõe uma aprendizagem social. “Aprende-se a brincar. A brincadeira não é inata [...]” (BROUGÈRE, 1995, p. 98). A brincadeira se desenvolve a partir do ambiente cultural no qual a criança está inserida. Ou seja, ela aprende a brincar pelas interações sociais e, por isso, suas brincadeiras estão impregnadas de valores, hábitos, formas e conhecimentos do seu grupo social.

Refletir sobre outra concepção de criança, proposta pela Sociologia da Infância, provoca-nos a pensar em outra concepção de professor e de professora, capaz de proporcionar as condições que permitam a autonomia infantil. Um profissional que veja com bons olhos a transgressão por meio do brincar, que compreenda as incertezas, os improvisos, a imaginação como grande possibilidade de a criança apropriar-se e construir significados sobre o mundo que a rodeia.

Nesse sentido, o campo da Sociologia da Infância nos tem ensinado que as crianças são atores sociais porque interagem com as pessoas, por isso é fundamental a presença de um(uma) professor(a) que favoreça e promova a interação, planeje e organize os ambientes para que o brincar possa acontecer. Pois as crianças brincam o tempo todo e, no brincar, elas aprendem como interagir, imaginam, criam e resolvem os problemas, socializam, aprendem a

construir e a reconstruir as relações sociais como sujeitos competentes, criam regras e descobrem o mundo, e aprendem brincando.

Acreditamos que é preciso encontrar caminhos que favoreçam a construção da autonomia, para que as crianças possam se expressar por meio de suas várias linguagens e possam ter suas vozes ouvidas. É necessário favorecer as interações entre as crianças, suas brincadeiras de faz de conta, para que produzam sua cultura da infância na construção de suas culturas de pares, ao recriarem as relações da sociedade.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, A.; DE OLIVEIRA, F. **A sociologia da infância no Brasil: uma área em construção**. Educação (UFSM), v. 1, n. 1, p. 39-52, 2010.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Livros técnicos e científicos: 1981.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 02 nov. 2021

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre a proteção integral à criança e do adolescente. Brasília, DF, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 02 nov. 2021

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, SEF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 02 de nov. de 2021.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2010a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf
Acesso em: 03 de nov. de 2021.

BROUGÈRE, Gilles. **A criança e a cultura lúdica**. Revista da Faculdade de Educação [online]. 1998, v. 24, n. 2 [Acessado 1 setembro 2021], pp. 103-116.

Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-25551998000200007>>. Acesso em: 05 Jan 2001.

DELGADO, Ana Cristina Coll; SARMENTO, Manuel Jacinto. a emergência da sociologia da infância em Portugal. **Cultura e sociologia da infância: estudos contemporâneos. Org. Teresa Cristina Rego. 1ª ed. Curitiba, 2018.**

FREITAS, Marcos Cezar de. História social da infância no Brasil. In: **História social da infância no Brasil.** 1997. p. 312-312.

KUHLMAN JR, Moysés. **Histórias da educação infantil brasileira.** Revista brasileira de educação. p. 5-18, 2000.

RAMOS, Anne Carolina. **A construção social da infância: idade, gênero e identidade infantis.** Revista Feminismos, v. 1, n. 3, 2013.

RIVERO, Andréa Simões; Rocha, Eloísa Acires Candal. **A brincadeira e a constituição social das crianças em um contexto de educação infantil.** Revista Brasileira de Educação [online]. 2019, v. 24. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782019240063>>. Acesso em: 05 Dez 2001.

SARMENTO, Manuel Jacinto. As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade. **Crianças e miúdos: perspectivas sócio pedagógicas da infância e educação.** Porto: Asa, p. 9-34, 2004.

_____, Manuel Jacinto; DE GOUVEA, Maria Cristina Soares. **Estudos da infância: educação e práticas sociais.** Vozes, 2009.

SIROTA, Régine. **Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar.** Cadernos de pesquisa, p. 7-31, 2001.